

Brazilian Applied Science Review

As mulheres policiais no policiamento comunitário

Police women in community police

DOI:10.34115/basrv3n6-023

Recebimento dos originais: 07/10/2019

Aceitação para publicação: 02/12/2019

Carlito Lins de Almeida Filho

Graduado em Licenciatura Plena em Ciências Sociais, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí – UFPI

Universidade Federal do Piauí – UFPI

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella - Ininga, Teresina - PI, 64049-550

E-mail: ito.taichou@gmail.com

Gabriel Eidelwein Silveira

Doutor em Sociologia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí – UFPI, coordenador do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Estado Democrático e Sociedade Contemporânea – NEPES

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella - Ininga, Teresina - PI, 64049-550

E-mail: professor.gabriel@ufpi.edu.br

Heloisi da Costa Mourão Soares

Graduada em Pedagogia, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí – UFPI

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella - Ininga, Teresina - PI, 64049-550

E-mail: heloisimourao@hotmail.com

Nicodemos Coutinho de Meneses

Graduado em Licenciatura em Letras – Português, Bacharel em Direito, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí – UFPI

Universidade Federal do Piauí – UFPI

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella - Ininga, Teresina - PI, 64049-550

E-mail: nicosertao@gmail.com

Rafael Dantas Nery

Graduado em Bacharelado em Direito, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí – UFPI Campus Universitário Ministro Petrônio

Universidade Federal do Piauí – UFPI

Portella - Ininga, Teresina - PI, 64049-550

E-mail: rafael.dantas@ymail.com

Tamires Eidelwein

Graduada em Bacharelado em Direito, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí – UFPI, bolsista CAPES

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella - Ininga, Teresina - PI, 64049-550

E-mail: tamidarosa@gmail.com

RESUMO

Desde a criação do Estado moderno em suas concepções políticas, a principal atividade se concentra na manutenção da coesão social de seus cidadãos. Para manter esta coesão, o Estado, tem a garantia do uso legítimo da força e da violência para o exercício desta manutenção social. Para tal, a criação das instituições militares fez-se presentes neste processo de legitimação de poder do Estado enquanto soberano de uma nação. Conforme as necessidades das demandas sociais e políticas do Estado, as instituições militares passaram a organizar-se de acordo a atender tais ocorrências e agir de modo em que garantisse tanto o bem-estar social, quanto ao exercício da soberania do Estado. Deste modo, compreender a estrutura da Corporação Militar a partir do GAECIM (Grupamento de Atendimento Especializado em Crianças, Idosos e Mulheres), e seu método de policiamento comunitário, a partir do ingresso da mulher no universo militar e a utilização de suas feminilidades para atender aos grupos de vulneráveis, também pode nos ajudar a refletir sobre, se, efetivamente, existe um estreitamento entre polícia militar e sociedade civil, amenizando o abismo provocado pela ideia de instituição total.

Palavras-chave: Segurança Pública, Policiais Militares Femininas, Polícia Militar.

ABSTRACT

Since the creation of the modern state in its political conceptions, the main activity has focused on maintaining the social cohesion of its citizens. To maintain this cohesion, the state has the guarantee of the legitimate use of force and violence to exercise this social maintenance. To this end, the creation of military institutions was present in this process of legitimizing state power as sovereign of a nation. According to the needs of the social and political demands of the state, the military institutions began to organize themselves to attend to such occurrences and to act in such a way as to guarantee both social welfare and the exercise of state sovereignty. Thus, to understand the structure of the Military Corporation from the GAECIM (Specialized Care Grouping of Children, Elderly and Women), and its method of community policing, from the woman's entry into the military universe and the use of her femininity to attend For groups of the vulnerable, it can also help us to reflect on whether, effectively, there is a narrowing between military police and civil society, softening the chasm caused by the idea of total institution.

Key words: Public Security, Female Military Police, Military Police.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a polícia militar vem se adequando as mais diversas causalidades espaço-temporais: crescimento populacional, violência urbana, índices de violência e criminalidade nos grandes centros urbanos, etc., em busca de um exercício mais dinâmico de suas atividades de policiamento. Essas adequações se mostraram necessárias em virtude dos altos índices de violência, sobretudo a urbana, que, contemporaneamente, representa maior porcentagem das ocorrências policiais.

Dentre estas ocorrências, a violência contra mulheres e outros crimes que se enquadram nas leis, Lei nº 11.340/2006, a chamada Lei Maria da Penha: que visa proteger a mulher da violência doméstica e familiar; a Lei nº 10.741/2003, do Estatuto do Idoso: que assegura os

direitos às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos e a Lei nº 8.069/1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente: que protege a integridade física e moral da criança e adolescente, ganharam destaque devido aos seus altos índices de ocorrências policiais.

Visando otimizar seus atendimentos e operacionalizarem um modelo de policiamento preventivo, alguns Estados iniciaram projetos de segurança especializada na proteção e prevenção da violência contra mulheres, como, por exemplo, o projeto “Patrulha Maria da Penha”, publicado em agosto de 2015, sob a portaria da SDS/Secretaria da Mulher, nº41 de 04/08/2015 no Estado do Pernambuco, que tem caráter preventivo e ostensivo.

As polícias, assim como outros órgãos públicos, necessitam da gestão pública para sua concretização e estabilização, conforme afirma Pruvost (p.89, 2007), “a polícia não faz suas próprias regras profissionais, são dependentes de sucessivos governos que definem periodicamente o conteúdo de suas missões, como braço armado do Estado”. Em 2015 foi criado um projeto semelhante em Parnaíba – PI, o Grupamento de Atendimento Especializado em Crianças, Idosos e Mulheres – GAECIM, que é um desdobramento do trabalho executado pelo antigo programa de policiamento comunitário Ronda Cidadão, que teve sua duração de atuação entre os anos de 2013 a 2015.

A efetividade dos atendimentos do GAECIM, atuando conjuntamente com outros órgãos de segurança pública, busca combater os índices da violência contra grupos de vulneráveis (idosos, crianças e adolescentes), e, em especial a violência doméstica e a violência contra a mulher na cidade de Parnaíba.

Segundo o Mapa da Violência de 2015, somente no ano de 2013, ocorreram 38.668 casos de agressão contra a mulher e 47 casos de feminicídio registrados em todo o Estado do Piauí. No atlas da violência de 2019, nota-se uma queda na taxa de homicídios de mulheres (feminicídio) quando comparada a do ano de 2015, ano da criação do GAECIM, de 4,1% para 3,2% para cada 100 mil habitantes.

Assim, a proposta do GAECIM é garantir a proteção de crianças, mulheres e idosos, através de um atendimento mais ágil e eficaz. Para tal propósito, desse modo, o GAECIM atua em parceria com diversas Instituições Públicas e outros órgãos e entidades públicas e privadas.

O trabalho desenvolvido pelo GAECIM, segundo consta nas falas de nossas entrevistadas, resultou em um policiamento mais humanizado, visando atender as ocorrências de modo a garantir melhor prestação de serviços à comunidade. Este desempenho mais qualitativo, pode ser compreendido, em parte, pela renovação do contingente de policiais efetivos da PMPI, bem como de que o uso da ostensividade excessiva, para a manutenção da ordem, deve ser utilizada como último recurso da ação e poder policial (KAHN, 2002).

Em nosso objeto específico de pesquisa, atribuímos o papel desempenhado pelas policiais militares femininas, atuantes no GAECIM e que trabalham atendendo as demandas policiais conforme a ocorrência ou situação criminal.

Neste sentido, o GAECIM mantém, pelo menos, uma policial militar feminina no plantão, pois pode utilizar de “qualidades”¹ socialmente construídas ao universo feminino, principalmente quando existem casos de violência sexual e que, segundo relato da Capitã Saturno², comandante do GAECIM: “as mulheres vítimas de abuso ou violência sexual, se sentem mais à vontade para relatar a ocorrência para policiais femininas”.

Conforme supracitado, a pesquisa tem por propósito, compreender a atuação feminina na instituição polícia militar, suas relações sociais e hierárquicas na corporação, buscando perceber e analisar a construção da divisão sexual do trabalho na PMPI. Ressaltamos que o ingresso das mulheres na PMPI deu-se somente no ano de 1992. Este ingresso tardio das mulheres na PMPI, acarretou em uma baixa produção de problematizações acadêmicas sobre a segurança pública e a mulher no policiamento militar no Brasil e no Estado do Piauí, oferecendo ao imaginário social a concepção de que as mulheres suavizariam a atividade policial. Calazans (2004) afirma que,

A ausência de problematização das concepções de segurança pública, atividade policial e inserção feminina nos quadros da Polícia Militar permite formar-se, no imaginário dos gestores de segurança pública e da população em geral, a crença de que as mulheres são mais democráticas, menos violentas no exercício do policiamento ostensivo. Assim, à medida que surgem novas concepções de segurança pública, levando a alterações nas ações de polícia (por meio de políticas preventivas, como o policiamento comunitário), associadas à crescente feminização do mercado de trabalho, esse imaginário permite supor-se haver um “novo” lugar para as policiais femininas. (CALAZANS, 2004, p.145)

Nessa perspectiva, temos por objetivo contribuir com as demandas acadêmicas no que se refere aos estudos sobre métodos de policiamento, segundo Bretas (1997),

O trabalho acadêmico e a pesquisa têm sido fundamentais na discussão de políticas de segurança pública; temas como o relacionamento entre a polícia e a comunidade, abuso de poder e corrupção, em última instância o papel da polícia na manutenção de uma ordem política democrática, têm sido objeto

1 Destaca-se a palavra qualidades entre aspas por ser um signo socialmente construído entre universo feminino e masculino. Universo este que, segundo Bourdieu (2002), representa uma forte naturalização dos papéis femininos em uma ordem hierárquica de submissão que, historicamente, vem sendo imposta pelas dominações violentas físicas e simbólicas do universo masculino.

2 Designamos nomes de planetas a fim de garantir o sigilo de nossas colaboradoras.

*de estudos que preenchem uma importante lacuna na ciência social.
(BRETAS, 1997 p.19)*

Portanto, nosso recorte metodológico, circunscreveu-se, sobretudo, no GAECIM, não só porque este se trata de um plano piloto da polícia militar de Parnaíba e do Estado do Piauí, mas também em virtude de que, por sua principal competência ser prevenir a violência contra grupos vulneráveis, a policial feminina é mais requisitada, até mesmo pela corporação, para atender mulheres, idosos e crianças vítimas de violência.

A pesquisa propôs compreender como o modelo de policiamento comunitário, aplicado pelo GAECIM, se apropria das representações sociais atribuídas, genericamente, ao universo feminino, como, por exemplo: sutileza, atenção maternal, suavidade, dentre outras que, intencionalmente, pode representar uma ideia mais afetiva e dócil no atendimento a vítimas vulneráveis.

2 METODOLOGIA

A pesquisa se realiza em etapas sequenciadas da seguinte forma, investigação bibliográfica, pesquisa de campo e realização de entrevistas orais e construção textual. A primeira etapa, se dá ao processo de investigação bibliográfica sobre a temática policiamento comunitário e a ação policial das mulheres na instituição Polícia Militar. A segunda etapa, prevista para ser realizada entre o agosto de 2019 e janeiro de 2020, serão iniciadas as pesquisas de campo afim de observarmos o habitus policial, e suas sub-categorias de habitus policial ostensivo e habitus policial preventivo, utilizando-nos dos métodos etnográficos (LaPlantine, 2007).

Foram realizadas entrevistas com as policiais femininas que atuam no GAECIM, na cidade de Parnaíba – PI, e com policiais femininas que trabalham na Coordenadoria de Atendimento Especializado em Crianças, Idosos e Mulheres – CAECIM. A seleção dos colaboradores, partícipes da pesquisa, será feita pelo método de amostragem por conveniência, que, segundo Appolinário (2006, p.135) trata-se de um: “tipo de amostragem que envolve a escolha de participantes em função de sua disponibilidade para participar do estudo. Os sujeitos são selecionados pela conveniência do pesquisador.”

Nesta etapa, buscamos também analisar as perspectivas das policiais militares femininas e suas atuações enquanto agentes de segurança pública do Estado. Dessa forma, foram entregues aos colaboradores interlocutores da pesquisa, um termo de consentimento e livre esclarecido, afim de salvaguardar a idoneidade física e moral do participante.

Realizamos também entrevistas orais, com auxílio de um questionário semiestruturado, afim de promovermos dados sociodemográficos, condições de trabalho e atuações nas atividades de policiamento. Por entrevista estruturada compreendemos segundo a descrição de Richardson (1999), como aquela que permite ao pesquisador conduzir as perguntas de modo ordenado, assegurando a possibilidade da verossimilhança do discurso do entrevistado. A etapa da escrita, se destina a elaboração da construção textual da dissertação, juntamente ao acompanhamento do professor orientador.

3 DESENVOLVIMENTO

No ano de 2012, A Secretaria de Segurança Pública do governo do Estado do Piauí, lança um informativo de Polícia Comunitária, com realização da Academia de Polícia Civil – ACADEPOL, definindo polícia comunitária como:

Uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos, tais como; crimes, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e, em geral, a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área[...]ou seja, polícia e comunidade juntas na produção ou coprodução da segurança pública (ACADEPOL, 2012, p.18 e 19).

São recentes os novos modelos e projetos de policiamento que, segundo Bayley (2001), partiu de uma reestruturação pioneira e inovadora do modelo inglês de polícia. O modus operandi da polícia inglesa é fundado e espelhada na moderna administração de empresas, em que se procura prestar um melhor serviço com o menor custo. Esse modelo de policiamento também foi adotado e adaptado a várias Republicas Federativas, tanto por países mais ricos como os mais pobres. Conforme o pensamento de Marcineiro (2015), referente a escola de policiamento inglesa, como "O foco desta escola é a identificação do crime para punir os criminosos. Em assim sendo, busca especializar-se na investigação criminal, no combate ao criminoso e na severa sanção a quem tenha cometido uma infração à legislação vigente" (MARCINEIRO, 2015, p.47).

A polícia, segundo várias interpretações (BAYLEY, 2001; KAHN, 2002, MARCINEIRO, 2015) esteve corriqueiramente ligada as esferas pública e privada, prestando serviços as demandas do Estado e da sociedade civil, fazendo dela uma instituição cujo controle está centralizado nas mãos do Estado, porém, mesmo que indiretamente, em tese, é uma instituição subalterna a sociedade civil. Conforme argumenta Bayley (2001, p.35), “a polícia

tem sido controlada pelo governo, mas paga privadamente através da história. Antes do século XIX, os policiais ingleses eram controlados pelos magistrados escolhidos pela coroa, mas pagos privadamente pelas pessoas.”

Kahn (2002), identifica um marco temporal, sociologicamente importante na história da polícia, que reestrutura sua atuação menos ostensivo e mais humanizado. Conforme este autor, o processo de transição denominado de velha e nova polícia, está associado aos períodos de ditadura e pós-ditadura militar. A busca da reelaboração da política representou a tentativa, desta instituição, em reestabelecer a comunicação e os vínculos com a comunidade civil. Kahn (2002, pp. 472-509) também argumenta que:

[...]passado o período autoritário, as polícias foram confrontadas com problemas relativos à sua eficiência e imagem junto à população, tentativas de adotar uma nova filosofia de atuação emergiram quase espontânea e simultaneamente em diversos lugares. Regra geral, em todo o mundo, projetos de Policiamento Comunitário emergiram em consequência da deterioração da imagem policial frente à comunidade.

A reestruturação elaborada nos modelos de policiamento comunitário, permitiu um estreitamento das relações entre comunidade civil e a instituição da Polícia Militar brasileira. Conforme Marcineiro (2015, p.19): “essas mudanças de papel partem da premissa de que os policiais desenvolverão uma afinidade ascendente com as comunidades nas quais trabalham.” As atuações do policial militar nos moldes de policiamento comunitário, contribuíram, aparentemente, para o estreitamento das relações de confiança entre o agente de segurança pública e a comunidade, pois, tanto o policial passou a reconhecer a comunidade em que está atuando, como a comunidade consegue reconhecer quem é o policial responsável por aquela área. Esta relação mais estreita permitiu diminuir o antagonismo ou a hostilidade entre a sociedade civil e as corporações de policiamento militar, como podemos evidenciar através da atuação do GAECIM, na cidade de Parnaíba, litoral do Estado do Piauí.

Em nosso objeto específico de pesquisa, observaremos o GAECIM e, sobretudo, a atuação das policiais militares femininas, buscando analisar não somente o comportamento institucional padrão da ação policial, mas também o éthos ou habitus desta agente de segurança pública, seja em suas atividades laborais ou fora dela. A importância atribuída a observação dos momentos de atividades policiais fora do expediente de trabalho, reflete uma conduta expressiva da identidade e éthos policial que merece atenção desta pesquisa, pois, conforme relata Lima (2002, p. XX),

[...]somos socializados numa instituição total, recebemos uma tatuagem. Essa tatuagem simboliza uma identidade que se sobrepõe às demais que construímos ao longo de nossas vidas, e com tamanha importância e força que passa a ser nossa referência. Por mais que eu tente, mesmo passeando num shopping ou me divertindo no cinema com amigas civis, não deixo de ser 'a Major'. (LIMA, 2002, p. XX)

Vale ressaltar que, a incorporação dos papéis sociais, somada a possibilidade de supressão da feminilidade na Polícia Militar, devido sua atividade estar, simbolicamente, estruturada ao universo masculino, como por exemplo o uso da força e da violência, corrobora com o pensamento de Bourdieu (2002), sobre a legitimidade de uma violência simbólica masculina, que reestrutura a dominação através da naturalidade espontânea dos dispositivos repressivos de obediência e sujeição, capaz até mesmo de moldar tanto as estruturas psíquicas como corporais do indivíduos.

A própria socialização dos corpos estaria tingida por essas ideias. "O corpo biológico socialmente modelado é, "um corpo politizado, ou se preferimos, uma política incorporada. Os princípios fundamentais da visão androcêntrica do mundo são naturalizados sob a forma de posições e disposições elementares do corpo que são percebidas como expressões naturais de tendências naturais. (BOURDIEU, 2002, p.156)

Neste sentido, aparentemente se espera, da policial feminina, uma postura mais firme e até mesmo hostil nos seus afazeres cotidianos, entretanto, a observamos uma corporação como o GAECIM, os atributos sociais de feminilidade são acionados recorrentemente, pois no trato com mulheres, idosos e crianças, a policial militar por ser mulher, pode conduzir um trabalho mais humanizado. Assim, buscaremos, através desta proposta de pesquisa, estabelecer um diálogo teórico-empírico sobre a atividade desempenhada pelas policiais militares femininas no GAECIM, buscando compreender o êxito ou não, da sua proposta humanizada de policiamento comunitário, principalmente com a ideia de que, em um universo predominantemente masculino, cabe as mulheres e o seu habitus docilizado, apaziguar e humanizar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo relatado pela Colaboradora 3, o contingente feminino disponível ao 2º Batalhão, não somam 20 Policiais Femininas. Conforme diz a entrevistada 3:

ENTREVISTADOR: *Há muitas mulheres na Polícia Militar?*
ENTREVISTADA 3: *Hoje bem mais, bem antigamente mesmo tinha uma companhia feminina, eu acho que era umas 15 mulheres, eu não sei muito bem informar, a Cap. Saturno que lá do GAECIM ela era dessa companhia feminina, assim quando começou a polícia, que era lá em Teresina, depois foi*

se expandindo para outros municípios, né, Foi se expandindo e foi avançando, e hoje continua sendo a Minoria Por que só são 10% do efetivo, todo concurso só é 10% destinado a mulher, então sempre essa ação vai existir, a questão dos 10%. (Entrevistada 3, concedida em novembro de 17)

O afastamento de policiais militares femininas (PFEM) das atividades fim – patrulhamento ostensivo – é encontrado nas falas das 11 PFEM entrevistadas, a entrevistada 9 diz que,

Ser mulher já é difícil, ser mulher na polícia, numa instituição em que predomina o sexo masculino, em que se exige muito a força, ou pelo menos se exigia, a gente precisa prestar atenção nestes discursos para poder quebrar estes paradigmas, que existem a respeito disso, eu particularmente não me vejo prejudica em nada, a PM é uma das instituições mais democráticas, embora em algumas situações a gente sofra alguma discriminação por ser mulher. (Entrevistada 9, concedida em outubro de 2018)

Já a entrevistada 11, afirma que logo quando ingressou na caserna, foi alocada na cavalaria, e somente em 2014 foi incorporada para atuar no antigo Ronda Cidadão, sendo aproveitada para trabalhar no GAECIM.

Na verdade, esta questão de ser mulher na PM, já começa no concurso, o Piauí é um dos únicos estados que continuam com esta cota negativa, planejada e mantida pelo Estado.... Portanto, ser mulher na PM já é fazer parte de uma minoria em vários sentidos, não só nestas questões de gênero. No curso, só tinham 3 mulheres, há uma divergência, um paradoxo enorme nisso, eles dificultam nosso ingresso, mas a prova que fizemos é igual a deles (homens), o treinamento físico que nos submetemos, é o mesmo, a primeira coisa que coisa que a gente percebe quando chega na corporação é que é um ambiente majoritariamente masculino, regido também por aferidores de masculinidade, tipo virilidade, força, e também por falas discriminatórias. (Entrevistada 11, concedida em outubro de 2018).

Conforme buscamos demonstrar através do desenvolvimento histórico do ingresso das mulheres nas corporações militares, desde os anos de 1955, a atividade de policiamento está diretamente ligada, pela ótica de um imaginário social, a uma atividade masculina, por exigir o uso de atributos socialmente construídos (Bourdieu, 2002) e atribuídos ao universo masculino, tais como força, virilidade e a violência.

Com o decorrer dos anos, a atividade desempenhada pelas policiais militares femininas, estiveram de certa forma, afastadas das atividades que supostamente “necessitem” do uso de tais atributos, fazendo com que a maioria do contingente feminino, esteja distribuído no exercício das atividades meio.

Porém, nota-se que, mesmo a Corporação Polícia Militar utilizando-se das “qualidades” femininas, a Corporação não se adaptou adequadamente para o ingresso das policiais militares femininas, dentre elas, o próprio fardamento.

Entrevistador: *Quando vocês recebem o fardamento, ele vem em formato unissex?*

Entrevistada 9: *Vinha, hoje a polícia fornece um uniforme com cortes femininos, mas isso não quer dizer que ele venha ajustado ao corpo da policial, e ela vai ajustar as medidas dela, agora, para as unidades do interior, existe uma dificuldade, porque dependendo da prioridade que é dada ao pagamento de uniformes, e isso pode acontecer que a compra de uniformes femininos não venha, e a policial feminina pode receber o material masculino. Uma dificuldade que a gente sente nas unidades, é porque (risos) eu acho que por não acompanharem o tempo, a estrutura física das unidades ela não oferece um alojamento exclusivamente feminino, um banheiro, e algumas unidades ainda resistem a estas adaptações.... Não são todos os comandantes que dão atenção a estes detalhes. (Entrevistada 9, concedida em outubro de 2018)*

Entrevistada 11: *Eu acho que é uma instituição machista, no início você tem que provar diariamente que a gente não é um a menos na guarnição, com o tempo, eles foram vendo que uma PFEM ajuda demais na guarnição. (Entrevistada 11, concedida em outubro de 2018).*

No tocante ao exercício da atividade de policiamento realizada pelas PFEM, demonstra-se em seus discursos, corroborando ao que narra a Major Lima (LIMA, 2002), uma abordagem realizada pelas policiais militares femininas, mesmo quando empunhadas de armamento bélico, é entendido pelo abordado, como um processo de relação social dotada de uma violência simbólica de dominação masculina (BOURDIEU, 2002), conforme narram as policiais entrevistadas.

Entrevistada 10: *A gente percebe, por vezes, quando a gente vai fazer uma atuação, há uma resistência de se obedecer a um comando dado por uma mulher, por exemplo, se sou eu que digo, parado, bota a mão na cabeça, eu to com uma arma apontada para este indivíduo né? Eu tô fazendo a minha segurança e de meus companheiros, ele obedece, mas a forma como ele vai interagir verbalmente comigo é diferente. Se é com um sargento, ele vai dizer “não senhor, eu não tô fazendo nada”, mas quando é com as mulheres, eles vão dizer, “meu amor, minha princesa”, numa tentativa de infantilizar nossa atuação, então eu peço que me trate por senhora. (Entrevistada 10, concedida em outubro de 2018).*

Entrevistada 11: *Eu acho que tem que ser adequado né! Eu acho que tem que ser refeito, nós temos a dupla jornada de trabalho o trabalho policial não é um trabalho qualquer, é um trabalho machista, não é por eu ser policial que eu deixei de ser mulher, mesmo com toda obrigação do trabalho, eu ainda tenho obrigação com a casa, a minha jornada me esperando, menino para dar de comer, roupa para lavar, tem toda uma formação baseada no sexo, então, graças a tudo isso, isso deve ser repensado e melhorado para as*

mulheres, inclusive nosso fardamento. (Entrevistada 11, concedida em outubro de 2018).

Conforme evidenciamos nas narrativas supracitadas, os sistemas de violência simbólica, sejam em suas atividades de policiamento, sejam nas extensões de trabalho em suas tarefas domésticas, as famosas duplas jornadas, demonstra-se que a instituição Polícia Militar, mesmo de indiretamente, corrobora com um sistema pautado na divisão sexual do trabalho, tendo em vista a limitação do ingresso das mulheres na caserna, propiciam uma aparente divisão pautada em características biologistas, evidenciando que força, vitalidade e violência, são atributos femininos, enquanto docilidade, suavidade, instinto maternal, são características intrinsicamente ligadas ao universo feminino.

As narrativas evidenciadas por nossas entrevistadas, demonstram que a estrutura da corporação lida ainda com a evolução das causas feministas e femininas, sejam nos campos de trabalho, sejam nos campos morais, atribuindo ao universo feminino características e nuances da divisão sexual do trabalho, evidenciando as atribuições da casa, atribuídas as policiais militares femininas, como demonstra-se nas falas da dupla jornada e exercício distanciado das atividades fins, e as atribuições da rua, geralmente atribuídas ao universo masculino, com atividades que supostamente exijam o uso da violência e da força.

Fato este que Jaqueline Muniz (1999) argumenta,

Talvez se possa dizer que o “machismo” e suas enunciações plasmam o mundo policial, servindo como um dos lugares de diálogo conflituoso com outros mundos sociais elaborados na ampla sintaxe das ruas... Em outros momentos, chamei atenção para o fato de que, nas atividades convencionais de polícia ostensiva, os riscos simbólicos tendem a ser mais expressivos do que os perigos propriamente físicos, ainda que estes últimos sejam exaltados na retórica policial como uma precondição para a existência dos primeiros. Mesmo fazendo parte do horizonte das expectativas, as oportunidades de situações concretas de violência física contra os policiais estão efetivamente bem aquém da gravidade a que o imaginário policial supõe. Por ora, esta consideração é suficiente para ressaltar que a administração do risco potencial, assim como as atitudes policiais dirigidas às minorias sexuais e étnicas, está intimamente ligada ao processo cognitivo de construção da suspeita e de identificação dos eventos, comportamentos e atitudes percebidos pela ótica policial como sendo ameaçadores. (MUNIZ, 1999, pp. 247 e 248)

Quando questionadas sobre como ocupam seus tempos ociosos, ou seus momentos de lazer, conforme pudemos avaliar, todas as mulheres que participaram das entrevistas, que atuam no GAECIM e no 2º Batalhão da PMPI, possuem nível superior, e em uníssono mencionam

que utilizam das folgas para estudarem e cuidar da casa, corroborando aos diálogos teóricos da divisão sexual do trabalho e a jornada dupla que o universo feminino

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo desta pesquisa foi ampliar a compreensão sobre os processos de construção identitária das policiais militares femininas da Polícia Militar do Estado do Piauí – PMPI. Todavia, para aprofundarmos na temática, fez-se necessário uma investigação de maior profundidade teórico-histórica, a fim de fundamentarmos a criação das instituições militares e finalmente chegássemos ao ingresso das mulheres no universo da caserna.

Mesmo que o ingresso feminino nas corporações militares terem a intenção de suavizar a imagem construída pela sociedade civil, graças ao reflexo negativo (MUSUMECI, SOARES, 2005) dos anos de chumbo do período de ditadura militar no Brasil (1964 – 1985), a polícia militar manteve um processo de atribuição de violência simbólica que corrobora com o processo de dominação masculina (BOURDIEU, 2002). Estes processos de dominação masculina (Id., 2002), manifestam-se de forma latente nas atribuições destinadas no que diz respeito a divisão sexual do trabalho e a limitação exigida ao ingresso de mulheres na Polícia Militar do Estado do Piauí, destinando apenas 10% do número total de vagas ofertadas.

Outra forma de violência simbólica exercida pela corporação destina-se ao afastamento das atividades fins, fato que vem sendo corrigido por vias de novas metodologias de policiamento, tal como o policiamento comunitário. Outro benefício oferecido pelo policiamento comunitário, evidencia-se pela incorporação efetiva das atividades de policiamento em que as policiais militares femininas – PFEM, fazem-se necessárias, caso este que buscamos evidenciar nas atividades exercidas pelo Grupamento de Atendimento Especializado em Crianças, Idosos e Mulheres – GAECIM.

A atividade exercida pelo GAECIM, além do protagonismo aplicado as PFEM's, demonstra-se como um indicador positivo de métodos de policiamentos comunitários, levando em consideração sua atuação preventiva, o GAECIM também se centraliza como ponto de partida para o processo de atendimento e proteção a estes grupos de vulneráveis.

A relevância de evidenciar novos métodos de policiamento e atuações femininas nas atividades de policiamento, dá-se pela incorporação que o GAECIM faz de atributos socialmente construídos sobre o universo feminino e incorporados para a atividade de policiamento. Tais atributos consolidam a efetividade dos atendimentos, que segundo relatado pelas colaboradoras de nossa pesquisa, tornaram a atividade de policiamento mais humanizada e capaz de oferecer uma melhor prestação de serviços para a comunidade geral.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, Fábio. Metodologia da ciência – filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Editora Pioneira Thomson Learning, 2006.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. D Cerqueira, S Bueno, RS Lima, N Cristina, F Helder, A Paloma Palmieri, ... Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2019.

BAYLEY, David. Padrões de Policiamento – uma análise internacional comparativa; tradução de Renê Alexandre Belmonte – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. (Polícia e sociedade; nº01).

BOURDIEU, Pierre (1998). A Dominação Masculina. Tradução: Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª edição, 2002.

BRASIL, LEI Nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, disponível em <https://www.todamateria.com.br/lei-maria-da-penha/>, acessado em 26/09/2018.

BRASIL, LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm, acessado em 27/09/2018.

BRASIL, LEI Nº10.741/2003. Estatuto do Idoso, Disponível em <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/98301/estatuto-do-idoso-lei-10741-03>, acessado em 29/09/2018.

BRETAS, Marcos Luiz. A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. Revista São Paulo em Perspectiva, (pp. 142- 150), Ed. 18(1). 2004.

GOFFMAN, Erving. (1987). Manicômios, prisões e conventos. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana; tradução de Maria Célia Santos Raposo. 3 edição, Petrópolis, Vozes, 1985.

KAHN, Tulio, "Velha e Nova Polícia: Polícia e Políticas de Segurança Pública no Brasil Atual - 2002" by Tulio Kahn. Edição Kindle.

LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

LIMA, Mirian Assumpção e, A major da PM que tirou a roupa. Rio de Janeiro. Qualitymark Ed., 2002.

MAPA DA VIOLÊNCIA 2015, disponível em https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf , acessado em 26/09/2018.

MARCINEIRO, Nazareno. Polícia comunitária: construindo segurança nas comunidades. Florianópolis: Insular, 2009.

MIRANDA, José da Cruz Bispo de. Policiamento Comunitário e desmilitarização: Existe alguma correlação?. Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília, (pp. 38 – 58). Ano 2013 – Edição 12 – Novembro/2013.

MOREIRA, Rosimeri, Sobre mulheres e polícias: a construção do policiamento feminino em São Paulo (1955-1964). / Rosemeri Moreira. M838s, – – Florianópolis, 2011. xii, 328 f.: il. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Linha de Pesquisa: Relações de Poder e Subjetividades, 2011.

MUSUMECI, Leonarda; SOARES, Barbara Musumeci. MULHERES POLICIAIS: Presença feminina na polícia militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Série Segurança e Cidadania, 2005.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da PMERJ. Tese de doutoramento em Ciência Política. Rio de Janeiro, 1999.

PMPI. BPCom, Ronda Cidadão, disponível em <http://www.pm.pi.gov.br/bpcom.php> , acessado em 29/09/2018.

PRUVOST, **Geneviève**, « *La dynamique des professions à l'épreuve de la féminisation : l'ascension atypique des femmes commissaires* », *Sociologie du travail*, Vol. 49 - n° 1 | 2007, 84-99.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social: método e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, Davis H. Policiamento comunitário: questões e prática através do mundo. Trad. Ana Luisa Amêndola Piheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Série Polícia e Sociedade, n. 6, 2002.